



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de março de 2016, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 13/XIII/1.ª a 19/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 17, 24 e 25 de fevereiro, 1 (de manhã e de tarde), 2 e 3 de março de 2016
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição do Dr. Diogo Lacerda Machado, sobre os acordos firmados entre o atual Governo e o consórcio Atlantic Gateway
3. Deliberação sobre a grelha de tempos a utilizar na discussão de projetos de resolução em Comissão
4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 90/XIII/1.ª (PCP) – Assistência em escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo.
5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) – Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125.
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos [COM(2016)31]  
– Relator: Deputado Luís Moreira Testa (PS)
7. Metodologia para a nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 73/XIII/1.ª (PSD) – “Visa a criação de um conjunto de apoios financeiros nacionais e comunitários, incentivos fiscais e no âmbito da segurança social aos produtores

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

de alheiras”, n.º 118/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dinamize as medidas necessárias para a promoção e valorização da alheira.”, n.º 120/XIII/1.ª (PCP) – “Defender e promover a produção da alheira” e n.º 127/XIII/1.ª (BE) – “Recomenda ao governo a proteção e promoção da alheira como ex-libris da gastronomia transmontana.”

8. Metodologia para a apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 118/XIII/1.ª (PAN) – “Regulamentação da publicidade de produtos alimentares destinada a crianças e jovens”, n.º 120/XIII/1.ª (PS) – “Procede à 14.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas” e 123/XIII/1.ª (PEV) – “Procede à 14.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas”

9. Petição n.º 53/XIII/1.ª – “Pretende que em Portugal seja proibido vender pistolas ou armas de brincar”

– Nomeação de relator (pertence ao PSD)

10. Outros assuntos

---

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente informou que se realizaria, no dia seguinte, uma reunião da Comissão, a iniciar-se às 9 horas, para audição das comissões de vencimentos da Autoridade Nacional de Aviação Civil e da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

**1. Apreciação e votação das atas n.ºs 13/XIII/1.ª a 19/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 17, 24 e 25 de fevereiro, 1 (de manhã e de tarde), 2 e 3 de março de 2016**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

De seguida, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 13/XIII/1.ª a 19/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 17, 24 e 25 de fevereiro, 1 (de manhã e de tarde), 2 e 3 de março de 2016.

Usaram da palavra, a propósito da ata n.º 13/XIII/1.ª, o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), referindo que o PS mantinha a votação que tinha expresso na altura a respeito do relatório sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª, no sentido da abstenção e não a favor, por não ter sido aceite uma proposta de alteração ao relatório que então tinha sido apresentada pelo PS, e os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Hortense Martins (PS) e António Costa Silva (PSD), que esclareceram que, na altura, se tinha optado por realizar duas votações, uma quanto aos considerandos, em que o PS se tinha absterido, e outra quanto às conclusões, em que o PS tinha votado a favor, porque estas apenas consistiam na posição de que o relatório estava em condições de ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, e ainda o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), para esclarecer o que tinha levado àquela posição de voto. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) tornou a usar da palavra para entregar uma retificação à sua intervenção nessa mesma ata, mas relativa a outro ponto da ordem do dia.

Submetidas todas as atas a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição do Dr. Diogo Lacerda Machado, sobre os acordos firmados entre o atual Governo e o consórcio Atlantic Gateway**

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) apresentou o requerimento, tendo afirmado que o Parlamento e esta Comissão continuavam sem ter acesso a um conjunto de informação relevante sobre a celebração deste negócio. Na altura da apresentação deste requerimento, prosseguiu, face à falta fornecimento dessa informação por parte do Ministro, o PSD formulou este pedido, por considerar que sendo o Dr. Diogo Lacerda Machado o representante do Primeiro-Ministro neste processo, fazia todo o sentido que viesse prestar esclarecimentos à CEIOP. Acresce que, ao que parecia, o Dr. Diogo



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Lacerda Machado estava a fazer as negociações destes acordos, em nome do Governo, sem contrato e sem mandato, o que considerou algo singular. Concluiu, afirmando que acreditava que este facto, só por si, deveria suscitar perplexidade junto dos Deputados e o PSD queria saber qual o mandato que o Dr. Diogo Lacerda Machado detinha.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) afirmou que o PS não objetava a que o Parlamento e a Comissão ouvissem quem entendessem chamar, no entanto, frisou, não concordava com a terminologia utilizada no requerimento, nomeadamente a adjectivação. Para além disso, o PS gostaria de perceber o que o PSD pretendia perguntar a um consultor externo e o que este possa responder à Comissão que o Ministro não possa ou não tenha respondido. Concluiu afirmando que o PSD pretendia discutir apenas a reversão do negócio da TAP, quando desprezava discutir a génese do negócio e essa era a grande divisão entre PSD e PS, que entendia que não se devia discutir metade do problema.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que a Comissão tinha de optar por um de dois caminhos: ou tratava a questão de forma séria, desde a génese do processo, quando a Atlantic Gateway entrou na TAP, e chamava todos os que deram o rosto por este processo desde o início; ou estava a trabalhar para um ecrã de poeira sobre este processo, tornando uma pessoa numa espécie de bode expiatório de todos os males que estão elencados no requerimento do PSD. Considerou que o requerimento do PSD tratava a questão como se o PSD não tivesse estado no Governo anteriormente e todo o processo se tivesse iniciado quando foi noticiada a renegociação do processo de privatização parcial da TAP, esquecendo que em junho de 2015 o Governo de então tinha decidido escolher para consórcio privilegiado do processo de privatização a Atlantic Gateway. Lembrou que o BE tinha solicitado ao Governo, há um mês, todas as peças processuais deste processo e até ao momento não tinha obtido resposta e argumentou que a falta de informação e de transparência também vinha de trás. Concluiu, solicitando ao autor do requerimento que acordasse na audição de todas as entidades, sugeridas pelos diversos grupos parlamentares, que tiveram intervenção determinante no processo mais recente de privatização da TAP, desde junho do ano anterior, e informando que, caso o PSD não acedesse a esta sugestão, o BE apresentaria um requerimento, na reunião seguinte, para audição dessas entidades.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para referir que o PCP, por princípio, sempre tem assumido posição de não levantar objeções a audições em comissão parlamentar, pelo que não contribuiria para inviabilizar a audição objeto deste requerimento, apesar de não compreender como alguém consegue votar a favor deste requerimento. Considerou que a forma ligeira e leviana como se tratava a operação que estava a ser levada a cabo na TAP como um capricho de uma pessoa levava a que o PCP se demarcasse do requerimento, independentemente das posições políticas de cada grupo parlamentar sobre a matéria, e lamentou que a discussão política sobre o que se passava na TAP estivesse nesse nível. Afirmou também que quem entrava por esse terreno tinha mais pessoas para convidar, nomeadamente o Dr. José Luís Arnaut. Concluiu, lembrando que o PCP entendeu que deviam ser ouvidos os responsáveis políticos e defendendo que continuava a ser oportuno e necessário o debate em torno da TAP.

Tornou a intervir o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para solicitar, na sequência da intervenção do Deputado Heitor de Sousa, que em sede de reunião de Mesa e Coordenadores fosse apreciada a possibilidade de ouvir estas e outras pessoas, sem se estar nesta Comissão a sujeitar ao opróbrio de discutir os termos deste requerimento.

Finalmente, o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) respondeu que, se os restantes grupos parlamentares entendiam necessário alargar o âmbito das audições nesta matéria, tinham o poder e o direito de fazer os requerimentos que entendessem e o PSD apoiaria as propostas para clarificar os contornos deste processo. Referiu também que a questão do uso do adjetivo “capricho” já tinha sido explicada e não valia a penas usar esses argumentos para não discutir o essencial. Fez ainda referência a uma publicação no portal esquerda.net, que a 16 de fevereiro mencionava um capítulo de um livro escrito pelos Deputados Mariana Mortágua e Jorge Costa no qual levantava questões em relação ao Dr. Diogo Lacerda Machado. Lembrou que o negócio tinha ocorrido em 2006/2007 e que não tinha sido o PSD a dizer que o Dr. Diogo Lacerda Machado participava nas reuniões em nome do Primeiro-Ministro e que existia uma relação de amizade. Concluiu, discordando da forma como os Deputados Bruno Dias e



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Heitor de Sousa tratavam esta matéria e lembrando o número de vezes que, na anterior Legislatura, o PCP tinha acusado o Governo de misturar negócios públicos com privados e agora entendia que não se devia ouvir esta pessoa mas sim a tutela.

Esta intervenção suscitou a resposta dos Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), que esclareceu que o BE não afirmou que votaria contra esta audição, reiterou a necessidade de ouvir um grupo mais vasto de pessoas e responsáveis políticos por este processo desde o seu início, aquando do primeiro acordo entre o Estado e o consórcio Atlantic Gateway, firmado em 10 de novembro de 2015, e afirmou que um livro escrito por Deputados do BE não respondia pela posição do BE mas era o reflexo de um trabalho de investigação sério e documentado; e Bruno Dias (PCP), que reafirmou que o PCP não obstaculizaria a audição de quem quer que fosse, e registou que, se se pretende tratar este assunto de forma séria, o Deputado Luís Leite Ramos não deveria ter feito as afirmações que fez, acrescentando que, quando o PSD afirmava que esta era a questão essencial, isso dizia tudo sobre o posicionamento do PSD nesta discussão, porque para o PCP esta não era a questão essencial, pois discutir a TAP reconduzindo a questão essencial ao Dr. Diogo Lacerda Machado, esquecendo tudo o resto, o PCP entende que essa não é uma abordagem saudável para a discussão política que é preciso fazer, e concluiu afirmando que no passado a discussão tinha sido feita com os responsáveis políticos e não com os consultores.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), esclarecendo que quando referiu o essencial não era do debate mas, sim, deste requerimento, e o essencial deste requerimento era clarificar o papel do Dr. Diogo Lacerda Machado, que o PSD mantinha este requerimento e estava disponível para votar a favor de todos os outros requerimentos que fossem apresentados e que contribuíssem para a clarificação e o aprofundamento destas matérias.

Submetido o requerimento a votação, foi o mesmo aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e as abstenções do PS, do BE e do PCP.

### **3. Deliberação sobre a grelha de tempos a utilizar na discussão de projetos de resolução em Comissão**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente informou que não pretendia colocar à deliberação a grelha de tempos suprarreferida, mas lembrou a sua existência, o facto de ter sido acordada por todos os grupos parlamentares em sede de reunião de Mesa e Coordenadores e a necessidade de a cumprir.

#### **4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 90/XIII/1.ª (PCP) – Assistência em escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo.**

O Senhor Presidente informou que estava presente uma delegação do SITAVA e deu a palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para apresentar o projeto de resolução em causa, o qual começou por realçar a imagem de qualidade e segurança que o transporte aéreo português tinha ao longo de décadas, imagem essa indissociável do quadro de organização e estruturação, estabilidade, qualificação, exigência e trabalho com direitos que se verificou neste setor. Recordou que o serviço de assistência em escala em Portugal foi prestado pela TAP, até ao momento em que este setor foi retirado à companhia e entregue a um grupo espanhol, numa privatização que caracterizou como desastrosa. Referiu que a situação do setor se foi degradando ao longo dos anos de uma forma cada vez mais gravosa, fruto de uma crescente precariedade imposta pelos prestadores de serviços, a Portway e a SPdH Groundforce. Afirmou que o silêncio das autoridades competentes permitiu que se chegasse à atual situação e fez referência ao atual concurso para atribuição de licenças e à pulverização da atividade e atribuição de licenças de *handling* e consequente liberalização e desregulamentação do setor. Afirmou que o PCP apresentava este projeto de resolução, que contava com o contributo dos trabalhadores e das suas organizações trazido à audição parlamentar promovida pelo seu grupo parlamentar no passado dia 12 de janeiro. Abordou também a situação de empresas de aviação *low cost* pretenderem romper a contratação que têm com operadores de *handling*, o que coloca os trabalhadores em situação de incerteza quanto ao futuro, e as situações de falso *self-handling*, que considerou serem de autêntica fraude, com recurso a empresas de trabalho temporário. Lembrou que a hipótese da retirada de licenças foi uma ameaça feita aos trabalhadores durante muitos anos e que a questão tinha de ser resolvida e ultrapassada, nomeadamente no que tocava à SPdH



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Groundforce. Concluiu propondo que, num prazo de 90 dias, haja um plano de intervenção no setor, no qual sejam implementadas as oito medidas que constam da parte resolutiva desta iniciativa.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), Luís Leite Ramos (PSD), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e António Eusébio (PS).

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) afirmou que o seu grupo parlamentar concordava com as preocupações expressas nesta iniciativa e a necessidade de defender os cerca de 5000 postos de trabalho deste setor, pois tratava-se de um setor com muita precariedade, onde muitas vezes não estava garantida a qualidade nem a segurança. Expressou concordância com o combate à precariedade e a garantia da intervenção mais forte da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) e da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e pronunciou-se contra o falso *self-handling*, condenando o recurso à precariedade laboral e à rotação de trabalhadores. Concluiu, afirmando que quer a situação da Portway quer a da SPdH Groundforce mereciam acompanhamento efetivo por parte do Grupo Parlamentar do PS e que, em seu entender, a questão da liberalização do setor não era a questão essencial, mas sim a sua regulação e o efetivo acompanhamento da situação por quem tem essa responsabilidade, no sentido da defesa integral dos trabalhadores e dos seus direitos.

Pelo Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) foi afirmado que o seu grupo parlamentar acompanhava e seguia muitas das considerações do projeto de resolução sobre a identificação de algumas questões que deviam merecer acompanhamento por parte do Governo e do Parlamento. Lembrou o concurso a decorrer para a atribuição de licenças e defendeu que a concorrência vinha melhorar a eficiência e a qualidade do serviço, pelo que não acompanhava o PCP neste ponto. Concluiu, afirmando que concordava com a aplicação das normas para fiscalização da qualidade do serviço prestado e que as questões levantadas relativamente à alteração provocada pela privatização da ANA e da TAP deveriam ser acompanhadas.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) referiu a “lei da selva” que se instalou nas relações laborais em todas as áreas que eram monopólio do Estado e foram





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

privatizadas, continuando a ser monopolista mas com gestão privada, e argumentou que o objetivo central de todos os processos de precarização laboral conduzidos na sequência de processos de privatização era fazer baixar o mais possível o custo do trabalho. Expressou concordância com o autor do projeto de resolução e defendeu que a correção desta “lei da selva” tinha de ser feita pelo Estado, pelo Governo em particular, que tem responsabilidade em prover os recursos necessários às entidades reguladoras e fiscalizadoras para fiscalizarem estas situações. Em seu entender, a Assembleia da República não podia fazer de conta que este problema não existia, pois era sabido que as situações descritas no projeto de resolução tinham vindo a agravar-se nos aeroportos nacionais. Concluiu, afirmando que esta iniciativa constituía um passo em frente bastante importante e, em seu entender, alguns dos pontos do projeto de resolução podiam ser mais aprofundados quanto à responsabilidade do atual Governo na eliminação destes problemas e promoção de condições para que as entidades de fiscalização possam exercer a sua função e os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o CDS-PP se revia em muitos dos pontos apresentados pelo PCP e acrescentaria até mais um: fazer o balanço dos impactos positivos e negativos das empresas de *low-cost*, que terão alguma responsabilidade e influência na questão em apreço.

Pelo Senhor Deputado António Eusébio (PS) foi realçada a precariedade do trabalho, a qual leva a uma falta de formação das pessoas que trabalham no *handling* e que trabalham horas a mais, o que implica, muitas vezes, falta de segurança, tendo defendido a necessidade de se fazer algo com urgência, antes que algum acidente grave ocorra.

Finalmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) tornou a usar da palavra para encerrar a discussão, afirmando que o seu grupo parlamentar se congratulava com a unanimidade em torno da oportunidade e importância desta iniciativa e a necessidade de na Assembleia da República se olhar para este problema e contribuir para que o mesmo seja resolvido. Reiterou os termos do projeto de resolução e referiu não perceber como se diz que a concorrência vem melhorar a qualidade do serviço, quando a



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

realidade prática do setor diz exatamente o contrário ao longo dos últimos 15 anos. Argumentou que a concorrência foi assente na liberalização e o que se verificava era a existência de empresas a colocarem os trabalhadores a concorrerem umas contra as outras, por esmagamento de salários e de direitos, o que tinha implicações profundas na segurança da aviação civil. Lembrou a este propósito que, quando se discutia a segurança, esse termo abrangia as vertentes de *safety* – a segurança operacional do transporte aéreo – e de *security*. Considerou que a liberalização, a desregulamentação e a precarização levaram à situação atual e não se sabia ainda o que seria o futuro. Em seu entender, isso significava que a autoridade do Estado estava a ser complacente com situações que em muitos outros países levariam a demissões ao mais alto nível. A raiz do problema, prosseguiu, estava no despacho que tinha permitido passar de 2 para 3 operadores de *handling* e criava uma situação de instabilidade para o futuro. Concluiu, afirmando que era preciso ter em conta que, para quem estava preocupado com a situação atual, ainda não se tinha visto nada do que poderia acontecer no futuro caso se mantivesse esta linha e esta estratégia política.

#### **5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) – Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125.**

Não tendo havido qualquer sugestão de alteração à informação, o Senhor Presidente afirmou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o projeto de resolução em causa pudesse ser votado no período de votações regimentais seguintes.

#### **6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos [COM(2016)31]**

– Relator: Deputado Luís Moreira Testa (PS)



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) apresentou, de forma circunstanciada, o parecer sobre a COM(2016)31.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Topa (PSD), felicitar o relator e considerar o relatório bem elaborado e escoreito.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

**7. Metodologia para a nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 73/XIII/1.ª (PSD) – “Visa a criação de um conjunto de apoios financeiros nacionais e comunitários, incentivos fiscais e no âmbito da segurança social aos produtores de alheiras”, n.º 118/XIII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dinamize as medidas necessárias para a promoção e valorização da alheira”, n.º 120/XIII/1.ª (PCP) – “Defender e promover a produção da alheira” e n.º 127/XIII/1.ª (BE) – “Recomenda ao governo a proteção e promoção da alheira como ex-libris da gastronomia transmontana.”**

O Senhor Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho para apreciar estes projetos de resolução, proposta que foi aceite, tendo os grupos parlamentares informado que indicariam os seus representantes neste grupo de trabalho. O Senhor Presidente informou ainda que, segundo a grelha de distribuição, a coordenação deste grupo de trabalho caberia ao PS.

**8. Metodologia para a apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 118/XIII/1.ª (PAN) – “Regulamentação da publicidade de produtos alimentares destinada a crianças e jovens”, n.º 120/XIII/1.ª (PS) – “Procede à 14.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas” e 123/XIII/1.ª (PEV) – “Procede à 14.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

#### **publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas”**

O Senhor Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho para apreciar estes projetos de lei, proposta que foi aceite, tendo os grupos parlamentares informado que indicariam os seus representantes neste grupo de trabalho. O Senhor Presidente informou ainda que, segundo a grelha de distribuição, a coordenação deste grupo de trabalho caberia ao PSD.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para lembrar que na anterior Legislatura tinha havido iniciativas legislativas similares e que a propósito da sua apreciação tinha sido reunido um espólio de pareceres e audições que poderia ser recuperado, como auxiliar para os trabalhos que tem agora a CEIOP, tendo o Senhor Presidente informado que a equipa de apoio iria recuperar esse acervo.

#### **9. Petição n.º 53/XIII/1.ª – “Pretende que em Portugal seja proibido vender pistolas ou armas de brincar”**

##### **– Nomeação de relator (pertence ao PSD)**

O Senhor Presidente informou que esta petição tinha sido já admitida pela 1.ª Comissão, à qual tinha baixado para apreciação, mas que essa Comissão suscitou depois a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República a reapreciação do despacho de baixa, tendo a petição sido redistribuída à CEIOP.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Joel Sá (PSD).

#### **10. Outros assuntos**

O Senhor Presidente informou que para a reunião ordinária seguinte seria agendada a nova apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 30/XIII/1.ª e 32/XIII/1.ª.

Finalmente, referiu os documentos sobre o cartão verde proposto pela Assembleia Nacional Francesa relativo à responsabilidade social das empresas na União Europeia



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL**

e questionou se a CEIOP deveria emitir parecer, o que, em caso afirmativo, caberia ao PSD. Respondeu o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) que iria elaborar esse parecer.

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de março de 2016.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
João Paulo Rebelo  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Paulo Rios de Oliveira  
Ricardo Bexiga  
António Cardoso  
António Topa  
Carlos Silva  
Fátima Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Fernando Jesus  
Heloísa Apolónia  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo